



DOI: <http://dx.doi.org/10.22484/2177-5788.2017v43n1p99-111>

A arquitetura do AI-5: os militares, o movimento estudantil e a imprensa¹

Maria Ribeiro do Valle

Resumo: O presente artigo trata dos principais acontecimentos do Movimento Estudantil, em 1968, no Brasil, que reúne seus interlocutores – o governo, a imprensa, a população – em um diálogo conturbado que desemboca na decretação do AI-5. A maior parte da grande imprensa analisada, com exceção do Correio da Manhã, posiciona-se contrariamente ao ME e pede a intervenção da ditadura para contê-lo. Contudo, com o Ato 5, inclusive a grande imprensa será duramente golpeada com o início da vigência da censura.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Grande imprensa. Ditadura militar. Brasil 1968.

AI-5 architecture: militaries, student movement and press

Abstract: This paper deals with main historical facts related to Student Movement in Brazil in 1968 what culminate in AI 5. This period is remarkable because of the dispute that involved students, military government, press and civil society. Except Correio da Manhã, the most important press companies were against students and also they asked military intervention to stop Student Movement. However, with AI 5 even the press suffered censorship consequences.

Keywords: Student movement. Press. Military dictatorship. 1968 Brazil.

¹ Esse artigo é uma compilação do livro de minha autoria intitulado 1968: O Diálogo é a Violência – Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil. Ele teve a segunda reimpressão da segunda edição em 2016, pela Editora da Unicamp.

Introdução

Em 2013, no seu editorial, o jornal *O Globo* admite o seu erro em apoiar o golpe militar de 1964, incluindo o *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* na lista dos periódicos que tiveram igual posicionamento. Contudo, em 1968, ao contrário destes jornais, o *Correio da Manhã* que também apoiou o golpe, rompe com a ditadura militar já no decreto do AI-1 e passa a se opor com veemência ao tratamento dispensado pelo regime ao movimento estudantil ao longo de todo o ano. Enquanto os jornais em questão, diante do aumento ostensivo da repressão militar, pedem um endurecimento ainda maior do regime frente à agitação estudantil, o *Correio da Manhã* faz sérias críticas ao governo que já dava largos passos em direção à censura que se consolida com o AI-5. Sendo assim, se o *Correio da Manhã* pode ser colocado no mesmo rol dos demais jornais com relação ao seu posicionamento frente ao golpe de 1964, quatro anos depois sua postura já é totalmente distinta. Sua “conversão” à democracia ocorre efetivamente com a mudança radical de sua postura frente a ditadura, enquanto ela ainda está em vigor e a pleno vapor. Muito diferente é o caso de *O Globo*, que através de um editorial, apenas às vésperas dos 50 anos do golpe de 1964, a partir dos sérios ataques sofridos durante os protestos de rua, pede hipocritamente desculpas pelo seu erro. O *Correio da Manhã* xp, não por mera coincidência, pela ditadura não pode mais trazer à tona a história em sua defesa. Acredito caber a nós, pesquisadores do período, pontuar o seu posicionamento favorável ao movimento estudantil, particularmente em 1968, quando se opõe com veemência à ditadura, distinguindo-se totalmente dos principais veículos de comunicação.

1968 no Brasil

Assim como nos demais países, o movimento estudantil se destaca e as suas manifestações devem ser analisadas à luz do contexto em que se desenrolam. Seus protestos coincidem com as lutas internacionais, lembradas, aqui, na fala dos estudantes. Revolução, transformação radical, corte, ruptura, no comportamento, na música, na escola, nas relações pessoais. Diante das múltiplas bandeiras levantadas, esse artigo estará centrado naquelas que



surgirem a partir do diálogo entre o movimento estudantil e a ditadura militar. Na reconstrução histórica da dinâmica dos episódios de 1968, emerge a violência. Ao longo do ano, a dialética entre o diálogo e a violência repercute no posicionamento dos atores. Os estudantes atuarão, cada vez mais, em direção à violência revolucionária para a transformação radical da sociedade. Enquanto a linha dura, empregando todas as suas armas para a retomada e redefinição da “revolução” de 1964, vai conseguindo vitórias frente à oscilação de Costa e Silva entre a abertura e o endurecimento do regime. O início do combate entre estas duas concepções opostas de revolução toma as ruas em março de 1968. A grande imprensa acompanhará seu desenrolar, dando cobertura e se posicionando frente a este conturbado diálogo, marcado pelas contradições da conjuntura política brasileira.

A grande imprensa exerce importante papel na divulgação das manifestações estudantis frente às medidas repressivas do governo acionadas desde o primeiro dia do golpe militar, pois “os protestos que começaram a aparecer na imprensa colaboraram decisivamente para superar a atitude de paralisia que parece ter caracterizado setores significativos do meio estudantil, na conjuntura do imediato pré-golpe” (MARTINS FILHO, 1987, p. 83).

Em 1968, a cobertura dos órgãos de imprensa aos episódios estudantis continuará sendo fundamental para apreendermos a sua ampla repercussão, quer ao nível governamental quer na sociedade: “Sem o apoio – tácito ou declarado – de órgãos da grande imprensa, por exemplo, dificilmente o protesto estudantil teria atingido as proporções alcançadas” (VELASCO e CRUZ, 1991, p. 22).

A grande imprensa, interferindo na dinâmica dos acontecimentos políticos, será, então, ao lado do movimento estudantil e do governo Costa e Silva, em 1968, um dos atores privilegiados nesse artigo, pois além de relatar os fatos e emitir opiniões, será também alvo das medidas repressivas do governo.

A redefinição do golpe de 1964 fará parte das discussões políticas durante todo o ano de 1968. Estamos no segundo governo militar e Costa e Silva oscila entre a abertura e o fechamento do regime. A linha dura, desde o início, exercerá pressões para o endurecimento do regime.

Em 1968 o Movimento Estudantil (ME)² fará a opção pelo enfrentamento tanto por estar sob a orientação da esquerda como devido à própria dinâmica dos episódios. E a grande imprensa se posicionará de maneira distinta frente ao combate que começa a ser travado entre o ME e o governo, contribuindo para o desenrolar dos acontecimentos políticos.

O primeiro acontecimento que causou uma comoção geral no Rio de Janeiro foi o assassinato de Edson Luís, no dia 28/03/1968. A polícia militar invade o restaurante do Calabouço no momento em que os estudantes programavam uma passeata pela melhoria das suas condições. Os estudantes revidam ao ataque da polícia atirando paus e pedras. Edson Luís, estudante secundarista, pobre, paraense, que está no Rio para estudar, é assassinado pela PM quando fazia a sua refeição no Calabouço, onde trabalhava na limpeza para poder custear seus estudos.

A morte de Edson Luís é o primeiro incidente a sensibilizar a população para a luta estudantil. O seu enterro será acompanhado por mais de 50 mil pessoas, sendo comparável à população presente no enterro de Getúlio Vargas. Explicita-se, assim, a indignação frente à violência da PM, que mata um estudante inocente, da polícia que mata um estudante indefeso. Dentre as faixas carregadas uma das que mais sensibilizavam era a levantada pelas mães: “E se fosse um filho seu?”

Aos olhos do ME, a inesperada adesão da população que, ao sensibilizar-se, vai às ruas, revela a sua disposição de luta contra a ditadura. É, portanto, chegada a hora de desmascarar o caráter violento do regime atraindo a população para a necessidade da derrubada do regime. O movimento estudantil justifica, assim, a utilização da violência como revide à violência da PM e considera-se vitorioso por conseguir desmascarar o caráter violento da ditadura atraindo a população para a sua luta. Para o ME está em curso o início do processo revolucionário.

Por sua vez, o governo inverte o argumento dos estudantes dizendo que o ataque parte dos mesmos. Justifica a ação da PM como resposta à agressividade dos estudantes, garantindo assim a manutenção da ordem pública. As autoridades militares denunciam a infiltração de elementos comunistas e a presença de agitadores profissionais nas manifestações estudantis. Afirmam que não é a PM, mas esses tais elementos é que estão armados provocando a reação

² Doravante será utilizada a sigla ME para Movimento Estudantil.

da PM que agiu em legítima defesa. Frente a este quadro determinam a intervenção das forças armadas seguida da ameaça de decretar o estado de sítio ou de um novo ato institucional.

A grande imprensa se posicionará de maneira distinta frente ao combate que começa a ser travado entre o ME e o regime militar. O diário carioca *Correio da Manhã* toma o partido das manifestações estudantis, responsabilizando a PM e as autoridades - civis e militares - pelos atos de violência; enquanto a revista *Visão*, importante revista da época, apoia as decisões governamentais, culpando a PM, que ao seu ver age independentemente do governo, e os estudantes pela violência.

Neste momento é frustrada a proposta da linha dura de criar fatos políticos, ou seja, a tentativa de transformar o ME em bode expiatório das medidas repressivas. Costa e Silva afasta a possibilidade de decretação de novo ato institucional. É importante lembrar aqui que desde janeiro há a pressão no sentido da decretação de novo Ato Institucional frente à criação da Frente Ampla e à oposição estudantil que passava a angariar cada vez mais simpatizantes.

Em junho, nas vésperas da Sexta-feira Sangrenta (21/06/1968), os estudantes protestam contra a falta de verbas, os acordos MEC-USAID e a PEG, no pátio do MEC, sendo violentamente reprimidos pela PM. No dia seguinte (quinta-feira) reúnem-se em assembleia na Praia Vermelha para discutir os resultados do movimento e será trágico o desfecho deste episódio, devido ao cerco policial montado em frente à universidade carioca – sede da assembleia. Cerca de quatrocentos estudantes são tangidos para o campo de futebol do Botafogo e expostos a cenas de humilhação e violência pela PM.

No dia seguinte, os estudantes voltam ao pátio do MEC onde são recebidos novamente por intensa repressão policial. De lá partem em passeata para denunciar a violência da PM, que por sua vez lança-se sobre a população indiscriminadamente. Chega-se a registrar o saldo de vinte e oito mortos, dentre os quais um policial – ele foi atingido por um objeto lançado de um dos prédios. O dado novo, então, é que diante da fúria policial, a população carioca parte para o enfrentamento, revidando a violência indiscriminada da PM nas ruas. Adjetivos de guerra estão presentes em todos os relatos dos conflitos da sexta-feira do sangue que tem início de manhã e apenas terminarão à noite: o centro do Rio de Janeiro assiste a um dia inteiro de batalha campal, guerrilha urbana, escalada, insurreição popular.

O ME considera um avanço do processo revolucionário a participação da população nos protestos de rua. Parte dos estudantes acredita que a população, ao revidar com a utilização da violência a violência da PM, demonstra que é nas ruas e através do uso da violência por todos os manifestantes que se vai conseguindo vitórias no processo revolucionário para a derrubada da ditadura.

Em contrapartida, o governo culpabiliza a imprensa pelo alastramento da agitação por ter publicado as hediondas fotos da quinta-feira levando a população que de hostil torna-se favorável à revolta dos agitadores. Passa a ensaiar assim os primeiros passos da censura. O governo veicula um discurso de que a adesão da população aos protestos da sexta-feira prova que há em gestação um movimento geral de subversão, com a infiltração de elementos comunistas nas massas estudantis. Procura dessa forma justificar a ação repressiva da PM e a necessidade de tomada de medidas para o fechamento do regime.

Na passeata dos Cem Mil (26/06/1968), está presente o protesto pacífico de cem mil pessoas. O acontecimento que ficou conhecido como a Marcha com Deus pela liberdade às avessas por ter sido contrário às violências policiais da semana sangrenta, marcando a mudança do compasso das senhoras católicas e da classe média que apoiaram o golpe de 1964. Devido à proporção dos conflitos da semana sangrenta há a necessidade, na prática, do controle da violência – quer por parte do governo quer por parte dos estudantes.

Devido à adesão de cem mil pessoas e à participação popular na sexta-sangrenta, o ME acredita que a opção do movimento estudantil pela utilização da violência pode e deve ser agora explicitada. Acreditam que é chegada a hora de levar às ruas a propaganda da luta armada e a formação de um exército popular revolucionário para a derrubada da ditadura. Eles não concordam, assim, que a passeata dos cem mil seja um protesto pacífico, pois embora não haja ações violentas, o seu objetivo é a educação das massas para a utilização da violência.

Acreditam que a população nas ruas demonstra um grau de conscientização maior frente a necessidade de derrubada da ditadura e, portanto, neste momento, os estudantes tornam explícita a sua opção pela violência como uma tática temporária para desmascará-la. O seu objetivo maior que será obtido a longo prazo é a derrubada do regime.



O governo, embora permita a manifestação, em seguida, devido a alarmante e inusitada adesão da população aos protestos estudantis diz que o movimento subversivo – o inimigo interno – impõe medidas urgentes e drásticas.

Tanto a utilização da violência pela população na sexta-sangrenta, quanto os discursos subversivos dos estudantes na passeata dos cem mil e os panfletos por eles distribuídos são veiculados pelo governo como comprovação da existência, no Brasil de um movimento internacional de subversão. A linha dura declara guerra à imprensa, defendendo a censura, uma vez que ela veicula os conflitos não mais entre os estudantes e a polícia, mas entre os estudantes e a população de um lado e a polícia de outro.

O Correio da Manhã continua ao lado dos estudantes e contrário à violência policial, marcando sua posição favorável às suas reivindicações específicas e denunciando as responsabilidades do governo. Para o Correio da Manhã, inversamente, é a repressão que está atraindo a população para a luta dos estudantes. A revista Visão não veicula os episódios sangrentos de junho, atendendo, muito provavelmente, às denúncias do governo de que a imprensa está ao lado da subversão ao veicular as manifestações de rua.

Embora as medidas de exceção imploradas pela linha dura sejam mais uma vez descartadas e Costa e Silva receba uma comissão para o diálogo, o governo acaba não cedendo a qualquer reivindicação estudantil e proíbe terminantemente as passeatas. Durante a reunião do Conselho de Segurança Nacional, que ocorre no início de julho, há a ratificação da proibição de qualquer passeata e a ameaça de intervenção das forças armadas. A justificativa para uma reunião de tamanha envergadura e para as suas decisões é dada pelo fato de o ME estar infiltrado agora dos mais variados elementos, tomando caráter de verdadeira subversão.

Com a proibição das passeatas, a luta estudantil desloca-se para a ocupação das faculdades, destacando-se a experiência da ocupação da Faculdade de Filosofia da USP. Há o aumento ostensivo da repressão e o surgimento de grupos radicais, tanto de direita quanto de esquerda contribuindo para a indefinição da autoria das ações terroristas (assaltos a bancos, explosões de bombas, etc.). Os dois lados tentam atribuí-las ao adversário. O clima é o de guerrilha urbana.

O Comando de Caça aos Comunistas (CCC)³ que tem uma célula alojada no Mackenzie, invade a Filo-USP quando os estudantes estão fazendo pedágio para o trigésimo Congresso da União Nacional dos Estudantes. Como eles revidam, há dois dias de luta armada. A Polícia Militar agindo conjuntamente com o CCC, garante a superioridade bélica do Mackenzie. O secundarista José Guimarães que luta ao lado dos alunos de Filosofia é assassinado por uma bala que parte do Mackenzie. A Faculdade da USP é totalmente destruída pela polícia.

Os estudantes culpam o governo, a PM e o CCC de agirem em conjunto assassinando mais um estudante. Denunciam o CCC por facilitar as ações governamentais sem afetar a imagem democrática das autoridades, afastando do governo o ódio causado por ações supostamente necessárias à repressão. O Movimento Estudantil, frente a proibição das passeatas e as ações do CCC, opta por práticas militares como a ocupação do prédio, sua defesa militar, a formação de barricadas e o aprisionamento de membros do CCC.

O governo veicula que é uma guerra entre estudantes para divulgar a sua imagem militarista. O papel exercido pela polícia, volta a ser, nesta perspectiva, o de proteção e manutenção da ordem. As autoridades militares aproveitam a indeterminação do assassinato de José Guimarães para acusar os estudantes.

Apenas as mães acompanham os estudantes nas passeatas em protesto contra a morte de seu colega. A imprensa paulista, tanto a Folha de S. Paulo quanto O Estado de S. Paulo divulgam principalmente os depoimentos que condenam a violência dos estudantes da Filosofia da USP.

O Correio da Manhã, diferentemente, condena também as ações da Mackenzie e do CCC, mas passa a se opor também a qualquer manifestação estudantil desde a reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN). A partir de agora admitirá a presença de minorias radicais, de infiltradores no ME. A imagem militarista que a linha dura busca criar, desde o início, respaldada agora pelos acontecimentos, ganha espaço inclusive neste jornal favorável até aqui às manifestações dos estudantes.

O ME é inserido no clima mais geral de guerra dos extremismos: radicais de direita e radicais de esquerda, ou CCC e Estudantes da Filosofia da USP. O discurso do governo em torno do inimigo externo (chegando até mesmo a igualar os estudantes aos terroristas),

³ Doravante a sigla CCC será utilizada para identificar Comando de Caça aos Comunistas.

veiculado desde o início, passa a encontrar eco na imprensa e no posicionamento da população. Há o início da vitória não apenas pela força física, mas também hegemônica do governo.

Agora a violência é atribuída aos próprios estudantes e não mais a PM. A polícia volta a exercer mais uma vez o papel de proteção e manutenção da ordem. Há, desta forma um avanço na construção do inimigo externo, agindo internamente, pela linha dura. Até a passeata dos Cem Mil a violência do ME parece ser defensiva, ou retórica, enquanto a fúria da PM é explícita. Assim, no primeiro semestre, a adesão popular às manifestações estudantis é histórica.

No segundo semestre, a PM, aos olhos da imprensa paulista, volta a exercer seu papel de proteção frente à violência estudantil. Até mesmo o Correio da Manhã que continua a condenar a repressão, responsabilizando-a pelo desencadeamento da guerra dos extremismos, passa a condenar a violência praticada também por estudantes. O Movimento Estudantil, quer pela conjuntura política mais ampla, quer por sua opção pela militarização leva às ruas, práticas da esquerda, de luta armada.

Neste momento, é veiculada pela imprensa a imagem que iguala os estudantes aos terroristas. Há assim, a emergência da vitória do governo, pois o discurso da linha dura veiculado desde o início do ano é agora respaldado pelas práticas violentas e subversivas do Movimento Estudantil. A população está ausente em seus protestos.

O trigésimo Congresso da UNE teria início no dia 11/10/1968, quando aproximadamente mil estudantes, reunidos clandestinamente, são delatados pelos moradores de Ibiúna, uma pequena cidade do interior de São Paulo. É montada uma operação de guerra que, no dia seguinte, prende todos os participantes. As principais lideranças são presas sem resistência e o laboratório de guerrilha dos estudantes (clandestinidade, presença de armas para defesa do território livre, segurança armada) não chega a ser posto em funcionamento.

As autoridades governamentais justificam o cerco ao Congresso e a prisão aos estudantes devido ao fato de ser uma reunião de uma entidade ilegal, chamada por eles de ex-UNE e por ser uma reunião onde há a presença de armas. Enfatiza a apreensão de armas (cuja quantidade não é expressiva) e de panfletos subversivos.

A linha dura vincula o assassinato do capitão Charles Chandler – que servira no Vietnã – ao ME pela semelhança dos panfletos encontrados no carro da vítima com os apreendidos no trigésimo Congresso da UNE. O discurso da orientação externa do ME é assim reforçado.

O CCC ameaça o governador Abreu Sodré de morte, caso solte os estudantes. Acusa os estudantes comunistas pelo assassinato e pelos atentados terroristas e promete agir se as autoridades calarem diante da ameaça da revolução de guerrilhas. As últimas manifestações públicas do ME serão contra a prisão dos estudantes no trigésimo congresso da UNE. Apenas as mães os acompanham.

No Rio, a repressão será ainda mais violenta. Em apenas dois dias de manifestações estudantis, três pessoas são assassinadas pela PM: dois operários e um estudante. Luiz Paulo Cruz Nunes é morto no interior do hospital da faculdade, onde os estudantes que faziam um protesto contra as prisões dos estudantes em Ibiúna, se abrigam para refugiar das balas da Polícia Militar.

O policiamento ostensivo não mais deixará espaço para as manifestações públicas em 1968. O ME está isolado não apenas de suas lideranças que continuarão por muito tempo na prisão, mas também da população que não mais comparece às suas manifestações. O apoio dado às manifestações estudantis, no primeiro semestre, esteve vinculado à sua aparência pacífica. Há o canto da vitória pelo governo, que desmascara o caráter violento do ME, pois há a coincidência entre as acusações governamentais e as bandeiras de lutas estudantis pela violência revolucionária expressas nos panfletos apreendidos durante o cerco policial ao trigésimo Congresso da UNE. O Movimento Estudantil está liquidado politicamente.

O AI-5

O ano de 1968 não acaba em outubro. Para a linha dura não é suficiente a destruição do sonho revolucionário do ME. É preciso exorcizá-lo. A decretação do AI-5, em dezembro, que sela a vitória da ditadura, instaurando definitivamente um estado de exceção no Brasil, ratificará a interdição do movimento de massas. Aqueles que quiserem continuar acalentando o sonho revolucionário deverão trilhar outros caminhos.

A ameaça de novo ato institucional presente em todos os episódios estudantis de 1968 ainda não havia se concretizado. Em dezembro, o AI-5 é finalmente decretado. Embora as manifestações estudantis já estivessem silenciadas, o desfecho político do ano de 1968 tem com elas uma forte vinculação. O ato 5 é a confirmação das medidas tomadas como repressão ao



ME. A reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN) pautava-se pela necessidade de debelar a guerra revolucionária em marcha. O mesmo argumento é utilizado agora. O intervalo entre a prisão dos líderes estudantis em Ibiúna e a decretação do AI-5 é marcado pela discussão em torno da imunidade parlamentar devido ao pedido de cassação dos mandatos dos deputados Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. O primeiro, acusado de atacar as forças armadas quando profere um discurso, na assembleia legislativa, em repúdio à invasão da Universidade Nacional de Brasília (UnB), em agosto de 1968. O segundo, também jornalista, pelo teor de seus artigos no Correio da Manhã.

Assim, confirma-se a intenção do governo, já fortemente presente nos episódios estudantis, de atacar também a imprensa e o Congresso Nacional. Este último viverá um único dia de glória – 12 de dezembro – pois derruba a cassação dos mandatos por maioria absoluta. No dia seguinte é decretado o AI-5 e com ele o recesso do legislativo. As manifestações de rua, estreitamente vinculadas pela linha dura à necessidade de fechamento do regime, antecipam a discussão sobre a possibilidade de novo ato institucional, como revelam os alvos privilegiados pelo mesmo. A imprensa e o ME estarão no topo da lista. Os jornais e revistas consultados, particularmente *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Veja e Visão*, que, durante os últimos episódios de 1968, tanto clamavam pela tomada de atitude de Costa e Silva, recebem agora a sua resposta. No dia da decretação do AI-5, o *Correio da Manhã* – que lutou até o fim pelas instituições democráticas, ao lado do Congresso Nacional – e até mesmo o jornal da tarde são violentamente invadidos e censurados. Oswaldo Peralva, editor do *Correio da Manhã* – periódico que muito insistiu na divulgação do clima de terror responsabilizando o regime militar pela intranquilidade e insegurança de toda a nação –, é preso assim como o colunista do *Jornal do Brasil*, Carlos Castello Branco – cujos relatos escritos no calor da hora tanto contribuíram para nossa análise. No dia 12 de dezembro é concedido o *habeas-corpus* a José Dirceu, Luiz Travassos e Vladimir Palmeira, presos durante o trigésimo Congresso de Ibiúna. Conquista que não durou mais do que algumas horas. Devido ao AI-5, os líderes permanecerão presos até setembro de 1969, quando por exigência dos sequestradores do embaixador americano, serão libertados, seguindo para o México e de lá para Cuba.

Do outro lado, estão os integrantes do Conselho de Segurança Nacional que finalmente decretam o AI-5 – objetivo maior da linha-dura desde o início de 1968. São seus signatários,



dentre outros o deputado Tarso Dutra – ministro da educação, que inclusive se vangloria de ter sugerido a adoção desta medida anteriormente –, o ministro da justiça, Gama e Silva, o chefe da casa militar, Jayme Portella e o chefe do Serviço Nacional de Informações, Garrastazu Médici. Autoridades civis e militares atuaram, a partir da morte de Edson Luís, com todo o empenho, na repressão às manifestações estudantis. Assim como o I° e o II° exércitos que serão transformados em tenebrosos locais de torturas.

No desenrolar dos acontecimentos de 1968, o diálogo passa a ser a violência. Seus atores centrais – a imprensa, o governo e o movimento estudantil – posicionam-se através da dinâmica do combate entre a violência revolucionária e a violência da ditadura. A análise das propostas de revolução do ME, onde o mito do proletariado como sujeito histórico está presente, ao nosso ver, parecem retomar as teorias anticapitalistas originárias do século XIX, principalmente a marxista. Contudo, devido ao reformismo dos partidos comunistas que abandonam o projeto revolucionário, em 1968, é a revolta da juventude que irrompe carregando a bandeira da ruptura. Os debates sobre o papel da violência na história e as práticas guerrilheiras que fazem parte da conjuntura internacional, estão, simultaneamente, presentes no Brasil. As teorias da esquerda passarão à prática nos episódios estudantis a partir da explicitação do caráter repressivo da ditadura. Os estudantes como vanguarda provisória, fazem renascer, nas ruas, o sonho da revolução. A inusitada presença da população em suas manifestações, no início, parece confirmar a disposição das massas para concretizá-lo. No entanto, a grande imprensa, com exceção do *Correio da Manhã*, passará a condenar enfaticamente a subversão e a população estará ausente nos seus últimos embates. No confronto com a ditadura, o movimento de protesto acaba sendo relegado ao isolamento social.

É notável a cobertura dada ao movimento estudantil pelos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e Correio da Manhã e pelas revistas Veja e Visão, não apenas relatando suas manifestações, divulgando a falas das lideranças e publicando, na íntegra, alguns de seus documentos e manifestos distribuídos à população. Contudo, apenas o Correio da Manhã apresenta versão favorável ao ME. Não atendendo aos apelos do governo para que os protestos de rua não sejam divulgados, o Correio da Manhã, ao lado dos estudantes, continua marcando passo na sua veiculação, até dezembro de 1968, quando é instaurado o AI-5 que amordaça o Movimento Estudantil e extingue o diário carioca em decorrência da censura.

Contudo, a imagem construída do movimento estudantil de 1968, pela maior parte da grande imprensa, a partir de suas opções e ações políticas, foi constituindo-se com várias facetas do inimigo externo, que passa a agir internamente, relega ao ostracismo os movimentos contestatórios da década de 1960. Hoje, os mesmos jornais O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo voltam a apoiar o golpe de um presidente ilegítimo, justificando a brutalidade da polícia militar que criminaliza os manifestantes através de seus ataques truculentos e prisões arbitrárias, confirmando um governo calcado no arbítrio.

Com relação à grande imprensa hoje, ela permanece sendo a base dos mandatários de poder e sustentação do governo golpista. O posicionamento do Correio da Manhã parece algo irrisível, uma vez que ele se destacou não apenas na divulgação favorável aos movimentos contestatórios de 1968, como na crítica contundente ao tratamento da ditadura e da PM ao Movimento Estudantil. De qualquer forma, manter essa história viva talvez seja uma forma de acreditar que os novos movimentos sociais possam ter voz e espaço em uma imprensa que tome o seu partido.

Referências

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, edições de 1968.

FOLHA DE S.PAULO. São Paulo, edições de 1968.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O movimento estudantil e Ditadura Militar**, 1964-1968. Campinas: Papyrus, 1987.

O ESTADO DE S.PAULO. São Paulo, edições de 1968.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. “1968 - movimento estudantil e crise na política brasileira”. **Primeira Versão**, Campinas: IFCH-Unicamp, 32, 1991.



Maria Ribeiro do Valle – Universidade Estadual Paulista –
UNESP. Departamento de Sociologia. Araraquara | São Paulo |
Brasil. Contato: mrvalle@fclar.unesp.br

Artigo recebido em abril de 2017 e
aprovado em maio de 2017.